

A propósito de um encontro entre pesquisadores: Ciências sociais e política no Brasil

Monique de Saint-Martin²

“Democracia”, “democratização”, “redemocratização”, “avanço democrático”, “consolidação da democracia”, “transição democrática”, “questão democrática”, “Estado”, “partidos”, “política”: essas são algumas das palavras e das expressões que aparecem frequentemente nos títulos das comunicações apresentadas na décima reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), e não cessaram de ser repetidas nas conversas, trocas, apresentações durante essa reunião ocorrida em Campos do Jordão, no Brasil, entre 21 e 24 de outubro de 1986³. Aproximadamente 600 pesquisadores brasileiros em antropologia,

-
- 1 Sob o título “À propos d’une rencontre entre chercheurs, sciences sociales et politique au Brésil”, este artigo foi originalmente publicado na *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 71-72, mars 1988, p. 129-134. Agradecemos à autora e ao comitê editorial da revista pela autorização da tradução. Traduzido por Rodrigo da Rosa Bordignon; revisado por Monique de Saint-Martin e Camila Gui Rosatti.
 - 2 Socióloga, diretora de estudos na EHESS e pesquisadora do IRIS, ingressou na VI seção da EPHE, no CSE em Paris, em 1963. Após pesquisas voltadas para a sociologia da educação, dedicou-se à sociologia do poder, das elites e das antigas aristocracias (cf. *L’espace de la noblesse*), interessando-se pelos processos de reconversão das antigas elites e, atualmente, das elites africanas formadas na URSS ou em países do antigo bloco socialista. Participou ativamente da construção de diferentes grupos e redes de pesquisa internacionais. E-mail: monique.de-saint-martin@ehess.fr
 - 3 A utilização dessas palavras e expressões pelos intelectuais não é nova no Brasil; no entanto, ela impressiona por sua intensidade. O tema da democracia era raro na produção intelectual brasileira antes de começar a despontar de forma “sistemática e repetida nos anos 1980”, como observa Francisco de Oliveira (1987, p. 153). A utilização da palavra “democracia” espalha-se ao mesmo tempo em que aquela de “sociedade civil”, observa Daniel Pécaut (1986). Diversas obras que assumem a forma de manifestos são publicadas pelos pesquisadores mais prestigiosos e reconhecidos: *Autoritarismo e Democratização*, por Fernando Henrique Cardoso (1975);



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

ciência política e sociologia participaram do encontro, “o mais importante” do Brasil para as ciências sociais. Eles estavam divididos entre 23 grupos de trabalho com temas diversos: “classe trabalhadora e sindicalismo”, “direito e sociedade”, “educação e sociedade”, “elites políticas”, “Estado e agricultura” etc., títulos bastante reveladores. Neles, a palavra “Estado” aparece seis vezes; a palavra “política”, também seis; a palavra “partido”, duas vezes.

A ciência política, a sociologia política, o estudo do autoritarismo, do populismo, do clientelismo, mais recentemente, o estudo da participação política, da representação política e do sistema eleitoral, dos comportamentos eleitorais e dos partidos ocupam um lugar privilegiado na hierarquia das disciplinas e dos temas de pesquisa no Brasil. O tema que se encontra no centro dos debates de especialistas brasileiros em ciências sociais nestes últimos anos, prestando-se [...] a interpretações numerosas, até mesmo contraditórias, é aquele da relação entre Estado-sociedade”, como pontua Héglio Trindade (1985, p. 94).

Na reunião da Anpocs, os grupos de trabalho que tratam do Estado e da democracia, ou da política e dos partidos estão no centro das atenções. Os grupos que tratam da cultura, da religião, da educação, da “história indígena”, da “população negra” ocupam posições relativamente dominadas. Assim, as participantes do grupo de “Educação e Sociedade” me parecem de origem mais modesta que as participantes do grupo “Elites políticas”, que estão vestidas com roupas mais chiques e bem escolhidas, são mais elegantes, mais “femininas” e, sem dúvida, também de origem social mais elevada⁴. Ao passo que no grupo “Educação e Sociedade”, as participantes aguardam o final da exposição, sem interromper aquele ou aquela que apresenta sua pesquisa, no grupo de “Elites políticas” as discussões se fazem no mesmo tom e segundo as mesmas modalidades que em uma reunião de amigos, cada um toma a palavra para colocar uma

Cultura e Democracia, por Marilena Chauí (1981); *Direito, Cidadania e Participação*, obra coletiva dirigida por Bolívar Lamounier, Francisco Weffort e Maria Vitória Benevides (1981); *Por que democracia?* por Francisco Weffort (1984), conforme cita Daniel Pécaut (1986, p. 283-285).

4 Pode ser, pois, a sociologia da educação é relativamente pouco reconhecida, os raros especialistas tendem a recair em exagero metodológico a propósito de uma pesquisa sobre alfabetização do Estado de Goiás que foi apresentada no decorrer de uma sessão a qual assisti: multiplicam-se as variáveis consideradas, os testes de verificação.

questão ou propor uma interpretação quando lhe convém, o jornalista do *Jornal do Brasil*, que é também pesquisador em ciências sociais, intervém diretamente nas discussões.

As ciências sociais brasileiras não são indiferentes à conjuntura política; de algum modo, é dever do pesquisador brasileiro em ciências sociais se preocupar e se mostrar bem informado, propor análises de conjuntura, discutir as análises dos outros, se engajar no debate político. Os pesquisadores mais prestigiosos e os mais reconhecidos são, explica Daniel Pécaut, aqueles que “se impõem no campo científico” e “detêm uma grande visibilidade propriamente política”. “Os intelectuais eminentes, que satisfazem a um só requisito, tendem a ter menor visibilidade”⁵. Atividade intelectual e atividade política estão, na maior parte das vezes, ligadas, mas a partir de modalidades muito variáveis. Não retraçaremos aqui a história dessas relações⁶, lembraremos apenas, no que concerne ao período recente, que após os anos de repressão, de censura e de isolamento particularmente fortes, notadamente entre 1968 e 1985, uma fração importante dos pesquisadores em ciência sociais desenvolveram, desde 1975, início do processo de “abertura política”, e principalmente a partir de 1982, relações estreitas com o campo político: a anistia de 1979, as eleições de 1982, o retorno do regime civil em 1985 constituíram momentos que favoreceram esta reaproximação.

A reunião da Anpocs dá espaço para a atualidade política mais imediata. Em outros dos 23 grupos de trabalho, os organizadores, “[...] a fim de permitir debates sobre temas que interessam sobremaneira a comunidade

5 De acordo com Daniel Pécaut (1986), o trabalho intelectual e científico, no Brasil, raramente é independente da demanda política. Analisando a trajetória de Fernando Henrique Cardoso, ele observa que “[...] tanto suas obras sobre o empresariado quanto suas participações no seminário sobre Marx expressam a sobreposição entre o trabalho universitário e sua vontade de se associar aos debates do momento” (PÉCAUT, 1986 p. 449). Entretanto, se a produção dos pesquisadores em ciências sociais é frequentemente dependente das relações que o campo das ciências sociais estabelece com o campo político, ela não deixa de ser, em grande medida, autônoma frente às demandas do campo político, e os intelectuais são mais relutantes em se “lançar à ação política”.

6 Sobre as relações entre intelectuais, os altos cargos públicos e a política, ver Miceli, 1979, 1982, 1987. O autor analisa as diferenças que separam São Paulo, onde a hierarquia universitária e os critérios de excelência intelectual foram se impondo às ciências sociais entre os anos 1930-1964, e Rio de Janeiro, onde as ciências sociais estavam intimamente ligadas – às vezes, social e institucionalmente – ao campo político, e onde prevalecia uma concepção “intervencionista”, “militante” e “aplicada” disso que deveria ser as ciências sociais, especialmente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

de pesquisadores em ciências sociais”, previram duas mesas redondas sobre história das ciências sociais e planejamento empresarial, um seminário sobre a “conjuntura política”. Este último foi anulado, não por falta de interesse; ao contrário, por que os principais participantes – pesquisadores em ciências sociais –, estavam muito engajados na campanha eleitoral e acabaram desistindo de comparecer.

Muitos pesquisadores exibem broches do governador ou do deputado de sua escolha. Panfletos eleitorais são colocados discretamente sobre uma mesa, não longe do estande onde são dadas as informações sobre a reunião: eles convidam a votar em Bolívar Lamounier, candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB), professor de ciência política, alguém que alia a “seriedade e a renovação”, cuja vida profissional “sempre foi ligada ao ensino universitário”, e que, compreendendo que a próxima “constituinte será um momento decisivo da vida de [seu] povo”, se lança na campanha eleitoral; e em Florestan Fernandes, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), professor de sociologia, “intelectual militante” “que começou sua aprendizagem sociológica aos seis anos, quando teve que ganhar a vida como engraxate”. As eleições para os cargos de governador, de senador, de deputado federal e de deputado estadual estavam muito próximas do encontro: elas aconteceram em 15 de novembro de 1986, três semanas depois da Anpocs.

Muitos dos fundadores e dos grandes nomes da sociologia brasileira eram candidatos e foram eleitos: Florestan Fernandes (já citado), para um cargo de deputado federal; Fernando Henrique Cardoso, um dos fundadores do Cebrap e que foi, por um período, presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA), para o cargo de senador⁷. Se poucos pesquisadores em sociologia foram eleitos, são muitos os que se lançam como candidatos e se engajam de modo ativo na campanha eleitoral. Os economistas, professores e pesquisadores universitários ou de escolas de gestão, se apresentam mais raramente como candidatos, mas são muito

7 Na obra de Leôncio Martins Rodrigues (1987), encontramos dados biográficos precisos referentes à carreira escolar, universitária e profissional dos deputados federais e senadores eleitos em 1986. A proporção de deputados federais possuindo um capital cultural ou escolar elevado é bastante significativa: 27% dos deputados exercem uma profissão liberal (medicina ou advocacia); 18%, uma profissão intelectual (professor, jornalista etc.); 5% são engenheiros; 12% são altos funcionários ou dirigentes de empresas estatais.

mais frequentes nas posições de conselho ou de poder nas instituições governamentais públicas ou para-públicas, nos ministérios, nos governos locais e nas administrações às quais eles são nomeados por cooptação⁸. Os professores e pesquisadores em ciência política ocupam, neste âmbito, uma posição intermediária entre os sociólogos e os economistas⁹.

Se as mulheres não eram tão numerosas quanto os homens nas reuniões anteriores da Anpocs, em 1986 elas se tornaram majoritárias. Contudo, elas são menos frequentemente convidadas do que os homens a ocupar cargos de poder e se apresentam menos frequentemente às eleições. Os jovens pesquisadores (homens e mulheres) que acabaram de concluir ou estão acabando suas teses de doutorado são também muito numerosos; os mais velhos contentam-se, mais frequentemente, em aparecer meio período ou um dia inteiro, no máximo, para presidir uma sessão de grupos de trabalho¹⁰.

Não é apenas em relação ao campo político que as ciências sociais ocupam uma posição relativamente dominada, é também em relação ao campo econômico e em particular frente às diferentes instituições públicas e privadas, estrangeiras e brasileiras, de financiamento de pesquisa. Não existe uma carreira autônoma de pesquisador, e a realização de uma pesquisa supõe

8 As ciências econômicas foram, desde sua origem, dissociadas das ciências sociais e essa separação não fez mais do que se acentuar nestes últimos anos, com um prestígio crescente atribuído aos estudos de economia, feitos de preferência nos Estados Unidos" (OLIVEIRA, 1987, p. 148). Ao contrário dos sociólogos, os economistas tiveram sucesso em construir um espaço próprio de posições no interior do aparelho de Estado e a propor e impor políticas. Sobre a constituição deste espaço de posições pelos economistas e sobre a concorrência entre os diferentes grupos de economistas após os anos 1940, ver os trabalhos de Maria Rita Loureiro, 1995, 1997.

9 Um estudo seria necessário para conhecer o sistema de diferenças que separam, no interior de cada disciplina, os professores e pesquisadores que partem em direção ao campo político e aqueles que permanecem no campo das ciências sociais. Tudo leva a crer que, salvo algumas exceções exemplares, os pesquisadores que dispõem de um capital social ensaiam mais frequentemente suas chances no campo político. Leôncio Martins Rodrigues, analisando, em 1982, a entrada em massa da "intelligentsia" brasileira nos partidos políticos, observa que isso foi possível, em grande medida, pelos partidos políticos se encontrarem enfraquecidos, e a classe política, em especial aquela que se opunha ao regime militar, estar desmoralizada, fragmentada. "Os políticos profissionais que, de modo geral, controlam a máquina dos partidos políticos não se perceberam enfraquecidos, mas encorajados pela entrada da *intelligentsia*". Em outro contexto, mais precisamente em uma situação de "continuidade institucional democrática e de estabilidade dos partidos, a ascensão dos intelectuais não teria sido assim tão fácil", os políticos profissionais teriam tentado defender seus interesses e suas posições (JORNAL DA TARDE, 1982).

10 Tudo se passa como se participassem da reunião, principalmente aqueles que buscam um reconhecimento universitário ou científico.

frequentemente a demanda de créditos específicos de centros e fundações públicas e privadas. As fundações estrangeiras, americanas especialmente, e brasileiras pesam fortemente sobre a atividade científica: elas atribuem bolsas, auxílios de tipos diversos e para diferentes níveis de carreira.

A organização da reunião da Anpocs deve muito a essas instituições financeiras. As diárias e passagens de 320 pesquisadores foram custeadas, e os créditos necessários foram reunidos pela Anpocs, que solicitou ou recebeu o auxílio de bancos, de fundações privadas e públicas, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Durante a reunião, o representante da Fundação Interamericana foi convidado para apresentar seu programa de bolsas, um dos diretores da Financiadora de estudos e projetos (Finep) entrega prêmios aos pesquisadores em companhia de dois professores universitários.

Quanto às relações com o campo jornalístico, elas são muito antigas, estreitas e frequentemente marcadas por ambiguidades. Durante os anos 1930 e 1940, “[...] os jornais editados no Rio de Janeiro e em São Paulo constituíam, para os intelectuais, o principal mercado de divulgação, inclusive para aqueles que davam seus primeiros passos na carreira universitária” (MICELI, 1987, p. 22). Para a primeira geração de estudantes e de pesquisadores em ciências sociais, formados na Universidade de São Paulo, o crítico, “[...] aquele que escreve crônicas às vezes polêmicas, que é capaz de oferecer uma visada sintética da vida intelectual, de fazer conhecer as novidades europeias, de estabelecer passarelas entre diferentes domínios do saber” constituiu, assevera Sergio Miceli (1987, p. 22), o modelo de intelectual por excelência. Nos anos 1980, muitos pesquisadores em ciências sociais, entre os mais reconhecidos, escreviam frequentemente nos jornais e nos hebdomadários. Um artigo em um periódico ou em uma revista semanal de grande circulação sobre uma obra de um jovem pesquisador pode contribuir a seu reconhecimento e a sua consagração de modo mais eficaz do que um artigo em uma revista de ciências sociais.

Isso é coincidência? É exatamente quando as passagens entre as ciências sociais e os cargos políticos se tornam frequentes, e quando as divisões do campo político se retraduzem no campo das ciências sociais, que um novo conjunto de instituições que tendem a consolidar a autonomia

do campo das ciências sociais e a lhe dar maior legitimidade são criadas. Já existia um conjunto bastante importante de instituições de formação para a pesquisa, de produção científica e de intercâmbios.

As primeiras instituições de ensino de ciências sociais foram criadas nos anos 1930: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, que emitiu 150 diplomas em ciências sociais entre 1936 e 1955; a Escola Livre de Sociologia Política, em 1933 em São Paulo, que emitiu 130 diplomas entre 1937 e 1955. As primeiras revistas de ciências sociais apareceram em seguida: *Sociologia*, em 1939, *Revista de antropologia*, em 1954, e o primeiro centro de pesquisa, o Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado no início dos anos 1960, em São Paulo (MICELI, 1987, p. 22).

Nos anos 1960, o ensino de ciências sociais conheceu uma expansão muito forte: o número de estudantes em ciências sociais passou, na Universidade São Paulo, de uma média de cinco no início dos anos 1950, para uma média de 300 no início dos anos 1970 (OLIVEIRA, 1987, p. 147). Os anos 1968-1982 foram marcados pela multiplicação das formações doutorais: os programas de mestrado e doutorado passam de quatro em 1968, para 24 em 1980-1981 em sociologia, de três para 14 em economia durante o mesmo período (PÉCAUT, 1986, p. 400). Muitos centros independentes de pesquisa em ciências sociais foram criados no final dos anos 1960 e nos anos 1970: no Rio de Janeiro, o Iuperj; em São Paulo, o Cebrap em 1969, o Cedec em 1977, o Idesp em 1979¹¹.

Aparentemente, o que vem a se desenvolver e se criar nestes últimos anos são menos instâncias de formação ou de produção científica, e mais instâncias de difusão, de consagração e de concertação, como se o campo das ciências sociais, sentindo-se pouco reconhecido, buscasse reforçar e manter seus agentes propondo-lhes novas gratificações.

11 Esses centros de pesquisa foram frequentemente fundados pela iniciativa de professores e pesquisadores em ciências sociais que foram aposentados compulsoriamente pelo governo militar: o Cebrap representa a melhor ilustração. Além disso, eles dispõem, em função de seu estatuto, de maiores facilidades que os centros dependentes das universidades para obter financiamento de pesquisa (recursos e contratos) junto aos organismos de financiamento e às fundações.

Daremos apenas algumas indicações. A Anpocs, fundada em 1977, cuja importância se avoluma com o processo de “abertura política”, instituiu, há pouco tempo, um “concurso brasileiro de teses universitárias e de obras científicas em ciências sociais”. Esse concurso anual, por meio do qual são distribuídos um prêmio para a melhor dissertação de mestrado, um prêmio para a melhor tese de doutorado e um prêmio para a melhor obra, propõe-se a “[...] estimular a produção científica e cultural no país e assegurar a difusão dos trabalhos de qualidade universitário e intelectual na comunidade [científica] e no público em geral”.

É com a mesma intenção que a Anpocs desenvolveu, de modo intensivo, sua rede de publicações científicas: enquanto continuava a publicar o *Anuário Ciências Sociais hoje* e o *Boletim informativo e bibliográfico*, a Anpocs lançou, em 1986, uma nova revista: a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Uma reedição dos dez primeiros números esgotados do Boletim informativo bibliográfico foi realizada em 1986, com o título *O que se deve ler em ciências sociais no Brasil*.¹² É notório também que a Sociedade Brasileira de Sociologia, que foi fundada em 1950, na sequência da Sociedade de Sociologia de São Paulo, criada em 1934, que manteve suas atividades até 1962, foi reconstruída em 1985 como sociedade científica e organizou, em 1987, o terceiro Congresso Nacional de Sociologia que deveria constituir a primeira manifestação importante da nova diretoria e expressar “a grande importância para o reconhecimento da institucionalização da sociologia no Brasil”¹³.

Seria necessário prolongar, fornecer outros indicadores, analisar tudo o que a produção científica recente deve à história relativamente autônoma do campo das ciências sociais, à concorrência entre grupos ou agentes. Contudo, sempre buscando afirmar e reforçar sua autonomia, o campo das ciências sociais ocupa uma posição relativamente dominada no campo do poder em seu conjunto e permanece dominado pelo campo político. Vários dos modelos que estão em curso; entretanto, parecem dever mais à

12 Podemos notar, também, que ao subordinar a participação na reunião e o recebimento de diárias e de passagens à apresentação de uma comunicação em um grupo de trabalho, e ao propor a publicação das melhores comunicações no anuário ou na revista, a reunião anual da Anpocs acaba encorajando a produção científica, principalmente entre jovens pesquisadores.

13 As sociedades de antropologia e de ciência política são organizações estruturadas e prestigiosas há muito tempo.

lógica do campo político do que do campo científico. Tudo se passa como se as instâncias profissionais buscassem garantir mais a concertação e a conciliação entre os pesquisadores do que estimular a produção científica.

Na reunião da Anpocs, o peso atribuído ao trabalho político de representação, de constituição de instâncias de legitimação, de difusão, de consagração é particularmente importante e visível. As decisões relativas à eleição de nova direção, o futuro da instituição serão todos aceitos pela unanimidade dos participantes, mas ao preço de um enorme trabalho prévio para apaziguar os conflitos e anular as tensões. Certamente, não é por acaso, se a questão da entrada de um professor de ciência política na direção da Anpocs – encarregado pelo governo da elaboração de uma reforma universitária contra a qual se mobilizam funcionários administrativos, professores e estudantes de diversas universidades – gera muitas discussões, às vezes muito intensas, e negociações antes da assembleia geral final dos representantes. Diversos pesquisadores tinham defendido que um detentor de cargo político não poderia ocupar uma função na direção científica da associação. Por fim, sua candidatura não foi proposta e a unidade foi mantida.

“A diversidade dos temas tratados e das abordagens utilizadas constitui a melhor prova de uma comunidade profissional em desenvolvimento”, diz-se na introdução do *Anuário Ciências sociais hoje*, 1986, publicado pela Anpocs. É assim tão garantido? Um novo grupo de trabalho não pode solicitar espaço na Anpocs a não ser que ele reúna pesquisadores de ao menos cinco estados diferentes¹⁴. Sem dúvida, essa busca de diversidade, de equilíbrio, essa preocupação com a unidade e com o ecumenismo se explicam, em parte, pelas dificuldades de comunicação e organização em um país cujas distâncias que separam as diferentes universidades, por vezes, são imensas. Contudo, atribuir importância central à representação que as ciências sociais e os diferentes grupos dão de si mesmos não acaba conferindo um privilégio ao trabalho político ou federativo em detrimento do trabalho científico? A instituição dos prêmios de melhor dissertação de mestrado, de melhor tese de doutorado e de melhor livro em ciências

14 Em se tratando de escolher entre dois candidatos para um mesmo cargo em um dos conselhos de direção, aquele que assumiu foi o que permitiu assegurar uma melhor ponderação entre as instituições e não aquele que possuía os trabalhos científicos mais reconhecidos.

sociais do ano, a apresentação de vídeos sobre a história social das ciências sociais em São Paulo ou no Rio de Janeiro que oferecem uma história oficial das ciências sociais, a organização de coquetéis de lançamento da nova revista ou de livros que são todas iniciativas para suscitar e favorecer a produção científica correm o risco de preencher outras funções, especialmente de consagração e de instauração de um poder político-científico de controle da produção.

Se acabamos nos debruçando sobre a reunião da Anpocs, foi porque, realizada três semanas antes das eleições, ela constituiu um momento privilegiado, uma situação quase experimental para analisar as relações que os pesquisadores em ciências sociais estabelecem com a política. O estudo das intervenções, das discussões em diferentes grupos de trabalho, dos textos das comunicações que foram apresentados teriam, sem dúvidas, permitido melhor compreender o que as diferentes contribuições e oposições entre pesquisadores devem a história do campo das ciências sociais e isso que elas devem as relações que este campo estabelece com o campo político. A observação e a análise dos centros de pesquisa e das universidades durante as semanas precedentes às eleições seriam igualmente necessárias. As discussões sobre a preparação de petições ou de moções, o envio de panfletos eleitorais, a participação nas reuniões, nos encontros, nos cortejos ocupavam uma parte importante do tempo dos pesquisadores, mas muito variável em função dos centros e dos grupos que estavam desigualmente engajados na campanha eleitoral e a partir de modalidades muito diversas. A tensão era frequentemente forte nas discussões ou trocas entre pesquisadores; tanto é que, no Rio de Janeiro, onde foi realizada a parte principal desta estadia, as divisões do campo político se mostravam evidentes e se retraduziam no campo das ciências sociais.

Muitos dos traços descritos aqui se encontram em outras reuniões, assembleias ou colóquios e em outros contextos. Seria necessário analisar tudo o que constitui a especificidade do caso brasileiro. A amplitude das transformações políticas ocorridas no Brasil durante um período relativamente curto, a antiguidade e a importância do campo das ciências sociais, constituem um dos fatores que permitem colocar em evidência as variações da autonomia do campo das ciências sociais. Esta autonomia, contudo,

nunca é conquistada de uma vez por todas¹⁵. Talvez, um dos paradoxos, e não o menor, é que frente a um regime que lhe foi hostil, o campo das ciências sociais era relativamente mais autônomo às demandas externas do que durante o período de “abertura”, de “retorno à democracia”, no qual os pesquisadores em ciências sociais são, de algum modo, incitados (objetivamente e “moralmente”) a responder às demandas e solicitações diversas, especialmente aquelas provenientes do campo político. Em consequência, muitos pesquisadores se deslocam em direção ao campo político, o que, paradoxalmente, acaba por reforçar, entre os que permanecem, instrumentos específicos de autonomia.

As flutuações na relação entre o campo das ciências sociais e o campo político, conforme podem ser observadas nesse contexto nacional particular, colocam a questão sobre as especificidades e constantes dessa relação. Somente um estudo comparativo sobre os efeitos das transformações da posição do campo intelectual no campo do poder, em diversos países, considerando especialmente turbulências que atingem o campo político, permitiria esclarecê-la melhor.¹⁶

Referências

- BOURDIEU, P. **Leçon sur la leçon**. Paris: Ed. de Minuit, 1982.
- CARDOSO, F. H. **Autoritarismo e Democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Editora Moderna, 1981.
- JORNAL DA TARDE. **O Estado de São Paulo**, 13 nov. 1982.
- LAMOUNIER, B.; WEFFORT, F.; BENEVIDES, M. V. **Direito, Cidadania e Participação**. São Paulo: T-A Queiroz ed., 1981.
- LOUREIRO, M. R. L'ascension des économistes au Brésil. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 78, p. 70-78, 1995.

15 Sobre a vulnerabilidade estrutural da sociologia que “tem quase tanto a temer dos poderes que dela esperam demais, quanto daqueles que querem sua desapareição” (BOURDIEU, [1982, p. 27] 2001, p. 26).

16 Poderíamos mostrar que, no caso francês, a chegada dos socialistas no poder em 1981 favoreceu um deslocamento de parcela dos pesquisadores em direção às áreas de pesquisa incentivadas pelo novo poder, e que alguns puderam se valer de suas ligações permanentes ou conjunturais com os políticos no poder para impor alguns objetos e lançar sobre esses objetos financiamentos de pesquisa. O retorno da direita ao poder não conduz apenas deslocamentos de objetos ou de pesquisadores.

LOUREIRO, M. R. **Os economistas no governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

MICELI, S. **Os intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MICELI, S. **Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)**. Paris: Grenoble: MSH-PUG, 1982.

MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, 1930-1964. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 5, 1987.

OLIVEIRA, F. Politique et sciences sociales au Brésil: 1964-1985. **Revue internationale des sciences sociales**, n. XXXIX, p. 147-154, 1987.

PÉCAUT, D. **Les intellectuels au Brésil**: de la construction de la société à celle de la démocratie. Paris: Centre d'étude des mouvements sociaux (EHESS), 1986.

RODRIGUES, L. M. **Quem é quem na constituinte**. Uma análise sócio-política dos partidos e deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

TRINDADE, H. Les bases de la démocratie brésilienne: logique libérale et praxis autoritaire (1922-1945). In: ROUQUIÉ, A. (dir.). **La démocratie ou l'apprentissage de la vertu**. Paris: Ed. A-M. Métailié, 1985.

WEFFORT, F. **Por que democracia?** *São Paulo: Ed. Brasiliense*, 1984.

Recebido em 17/06/2022
Aceito em 18/06/2022
Versão final em 18/06/2022;